

# REDES E FLUXOS DA EDUCAÇÃO: A PROBLEMÁTICA ENTRE A E. E. ITÁLIA CAUTIERO FRANCO E A COMUNIDADE DANDARA <sup>1</sup>

Amanda Rodrigues Mapa<sup>2</sup>

Flávio Sergio da Silva<sup>3</sup>

Jackson Junio Paulino de Moraes<sup>4</sup>

Rafaela Cristina Cordeiro<sup>5</sup>

Orientadora: Mariana Guedes Raggi<sup>6</sup>

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo identificar e compreender as contradições ao acesso no que se refere a educação entre os municípios de Belo Horizonte e Ribeirão das Neves, a partir do estudo centrado na Escola Estadual Itália Cautiero Franco e o atendimento à população da Comunidade Dandara. Tem-se como objetivo específico identificar e analisar os fluxos que foram criados a partir do deslocamento da população de Belo Horizonte em direção a Escola Estadual Itália Cautiero Franco de Ribeirão da Neves. Os processos metodológicos consistiram em elaboração de mapas, aplicação de questionários, entrevistas, visitas à campo e revisão bibliográfica. A partir dessa metodologia, constatou-se que as redes de educação formadas pelo município de Belo Horizonte são incompletas e excludentes, por isso a população da Comunidade Dandara é excluída na medida em que a metrópole nega o acesso aos serviços e bens sociais. Apesar de estar localizada no território de Belo Horizonte, tem seus direitos negados por ser um bairro originado de uma ocupação que desde sempre denota seu poder de resistência, o que não assegurou a garantia de acesso a serviços básicos, no caso específico desse estudo, a educação.

---

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida a partir do trabalho integrado, que tem como tema: Redes e Fluxos da educação: Um estudo de caso da Comunidade Dandara, Belo Horizonte – MG. Apresentado pelos alunos do 5º período do curso de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Geografia, PUC Minas, Belo Horizonte – MG

<sup>3</sup> Graduando do Curso de Geografia, PUC Minas, Belo Horizonte – MG

<sup>4</sup> Graduando do Curso de Geografia, PUC Minas, Belo Horizonte – MG

<sup>5</sup> Graduanda do Curso de Geografia, PUC Minas, Belo Horizonte – MG

<sup>6</sup> Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000), graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1991), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003) e Doutorado em Geografia na Universidade de São Paulo (orientadora professora Dra. Rita de Cássia Ariza Cruz). Atualmente é professora de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

**Palavras: chave:** Redes e Fluxos. Comunidade Dandara. Segregação. Ribeirão das Neves.

A ausência de estrutura e equipamentos sociais disponíveis a população de Ribeirão das Neves justifica a suspeita de que haveria intensa demanda por serviços e acesso aos bens sociais na capital mineira, Belo Horizonte. Entretanto, existe uma contradição neste processo a partir do momento que se verifica que a rede de educação de Belo Horizonte é incompleta e excludente. Por isso, a população da Comunidade Dandara, que está localizada no território de Belo Horizonte, é excluída dessa rede e obrigada a buscar acesso a educação na Escola Estadual Itália Cautiero Franco em Ribeirão das Neves.

A Escola Estadual Itália Cautiero Franco está localizada no bairro Luar da Pampulha, área limítrofe entre Ribeirão das Neves e Belo Horizonte, por esse motivo há uma grande controvérsia em relação às informações referentes ao bairro em que se encontra a escola. De acordo com a base de dados do Google Maps (2016), o bairro faz parte do distrito de Justinópolis, pertencente ao município de Ribeirão das Neves, porém, o principal acesso ao bairro são pelas regionais Venda Nova e Pampulha, assim como as linhas de ônibus que circulam no bairro são de responsabilidade da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans), de acordo com dados obtidos no portal da empresa.

A Escola Estadual Itália Cautiero Franco teve sua origem a partir da doação de terras para que o estado construísse uma escola na região. O local da construção era um pasto e o terreno era bastante acidentado. Em 2001 o Governador Itamar Franco liberou verba para que um antigo sonho da comunidade se tornasse realidade e o projeto da escola saísse do papel. O benefício da construção da escola era que, já não seria necessário deslocar as crianças e jovens para outros bairros, agora a comunidade teria uma escola perto de casa. Em dezembro de 2002 a escola foi inaugurada e seus alunos começaram o ano letivo em 2003. No final do ano de 2012, o Governo Federal contemplou a escola com a liberação de verba para construção de um Ginásio Poliesportivo. As obras tiveram início em 2013 sendo concluídas no início de 2015.

**Figura 1 - Escola Estadual Itália Cautiero Franco (2013)**



Fonte: Arquivo pessoal da Direção da escola, 2016.

Nos primeiros contatos com a Escola Estadual Itália Cautiero Franco, foram aplicados 64 (sessenta e quatro) questionários a diversas famílias que utilizam os serviços prestados pela escola. Uma das questões levantadas nos questionários foi a localização das moradias (bairro) dessas famílias. Pela amostragem dos questionários é possível identificar que a escola além de atender alunos e alunas dos municípios de Ribeirão das Neves, atende também alunos e alunas da capital, Belo Horizonte. Esse fato contrariou a hipótese central da pesquisa: as escolas de Belo Horizonte atrairiam alunos dos municípios vizinhos, municípios pertencentes a RMBH. Entretanto, a pesquisa pontuou que além do atendimento da Escola Estadual Itália Cautiero Franco se dar nos bairros Luar da Pampulha, Kátia, Vila Bispo de Maura, localizados no município de Ribeirão das Neves, a Escola atende também os bairros Céu Azul e a Comunidade Dandara localizados no município de Belo Horizonte. Como pode-se perceber pela Figura 2, as densidades das áreas atendidas pela Escola Estadual Itália Cautiero.

**Figura 2 - Localização dos bairros atendidos pela Escola Estadual Itália Cautiero Franco (2016)**



Fonte: Google Earth. 2016

A partir dessa imagem de satélite, pode-se observar que a Escola Estadual Itália Cautiero Franco está localizada em uma área vulnerável, e atende alunos e alunas de outras áreas vulneráveis. Essas áreas se encontram tanto no município de Ribeirão das Neves quanto na capital Belo Horizonte e tem graus de vulnerabilidade diferentes, maior ou menor. A distância muito grande a ser percorrida pelos alunos e alunas até chegar a escola é fator preponderante na análise desta imagem. A distância entre a escola e a Vila Bispo de Maura é 1,2 Km; entre a escola e o bairro Kátia é de 350 metros; entre a escola e o bairro Céu Azul é 2,8 Km e entre a escola e a Comunidade Dandara é de 1,9 Km.

O tempo gasto de deslocamento desses alunos e alunas até a escola é muito grande, o que pode afetar, direta ou indiretamente, a capacidade de aprendizagem desses alunos, além de deixá-los expostos aos riscos durante esse trajeto até a escola. Esses bairros atendidos pela Escola Estadual Itália Cautiero Franco são bastante adensados e contém diversas escolas em seu território, mas ainda sim essas, por motivos desconhecidos, não atendem toda sua população, fazendo-se

que esses alunos e alunas se desloquem para outro bairro, distante, para ter acesso a uma unidade de educação. Dentre essas áreas de vulnerabilidade, a área escolhida para a análise foi a Comunidade Dandara, pois a discussão sobre a questão política desta comunidade se torna de grande valia neste momento<sup>7</sup>. Pretende-se com essa pesquisa analisar o papel da Escola Estadual Itália Cautiero Franco como espacialidade possível para receber alunos e alunas da Comunidade Dandara no contexto de uma região metropolitana contraditória e conflituosa.

Ribeirão das Neves, que teve como origem do povoamento em meados do século XVIII com o nome de Mata de Bento Pires, inserido na RMBH sempre esteve à margem e a disposição da capital, desde seu início, passando por todas as vezes que foi anexado a outros municípios, como Pedro Leopoldo, até sua emancipação. Por conta de sua economia centrada em produtos primários de baixa qualidade, o município de Ribeirão das Neves não tinha possibilidades financeiras de concorrer com outros municípios da região na política de atração de indústrias como aconteceu, por exemplo, com Contagem e Betim.

Este fator somado a vocação penitenciária do município, que teve início no ano de 1933 com as obras da construção da Penitenciária José Maria Alkimin, criaram um estigma que perdura até hoje na região, e exclui Ribeirão das Neves do acesso a inovações necessárias a implementação de novas tecnologias e formas organizacionais. A população de baixo poder aquisitivo que migra para a metrópole em busca de trabalho não tem acesso a cidade. Essa exclusão obriga essa população de migrantes a buscar novas moradias em áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura. Dessa forma, ocupam o território do município de Ribeirão das Neves, agravando a situação do próprio município.

A soma de todos estes fatores agregados ao baixo preço da terra e a quase inexistentes exigências do poder municipal em relação ao parcelamento, fez com que o comércio de lotes e terrenos se tornam a atividade econômica mais viável para os proprietários fundiários locais. Contribuindo diretamente para que a migração passasse a ser fator de destaque como componente da dinâmica populacional da cidade. Souza (2008) utilizando os dados do censo de 2000 mostra que, naquele ano, 70% da população maior de 10 anos de idade eram compostas de

---

<sup>7</sup> As ocupações urbanas não são ações apenas de resistência e/ou busca por moradia, mas sim ações políticas de massas ou um trabalho de base. Na prática com as ocupações pretende-se promover a formação política das camadas excluídas do direito à cidade, esperando que a experiência vivenciada no embate com a ordem estabelecida faça surgir uma consciência da própria condição de excluído.

imigrantes e destes 78% tinham como origem a cidade de Belo Horizonte, ou seja, que haviam sido excluídos da metrópole. Essa realidade parece contraditória quando verifica-se o deslocamento, ou seja, o movimento contínuo sempre dessa população que habita Ribeirão das Neves para Belo Horizonte, onde trabalham no comércio, em empregos domésticos, etc. Nesse caso, Ribeirão das Neves supriu uma demanda por moradia que Belo Horizonte não satisfaz. Corrêa (2005) explicita a influência do Estado, reafirmando o interesse da classe dominante que contribuiu para esse processo de inversão da seguinte forma:

A complexa e variada gama de possibilidades de ação do Estado capitalista não se efetiva ao acaso. Nem se processa de modo socialmente neutro, como se o Estado fosse uma instituição que governasse de acordo com uma racionalidade fundamentada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e de seus conflitos. Sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder. (CORRÊA, 2005, p. 26).

A Comunidade Dandara é um exemplo desse movimento inverso entre Belo Horizonte e Ribeirão das Neves. Embora uma população de excluídos tenha conseguido ocupar um território que pertence ao município de Belo Horizonte, este lhe nega o acesso à cidade. Por isso a população é obrigada a buscar acesso aos serviços e bens sociais no município de Ribeirão das Neves, o mais carente em termos de estruturas. Na comunidade estima-se que há cerca de seis mil pessoas. Batizada em homenagem a companheira de Zumbi dos Palmares, a Comunidade Dandara foi uma ação realizada conjuntamente pelo Fórum de Moradia do Barreiro, as Brigadas Populares e o Movimento Sem Terra (MST).

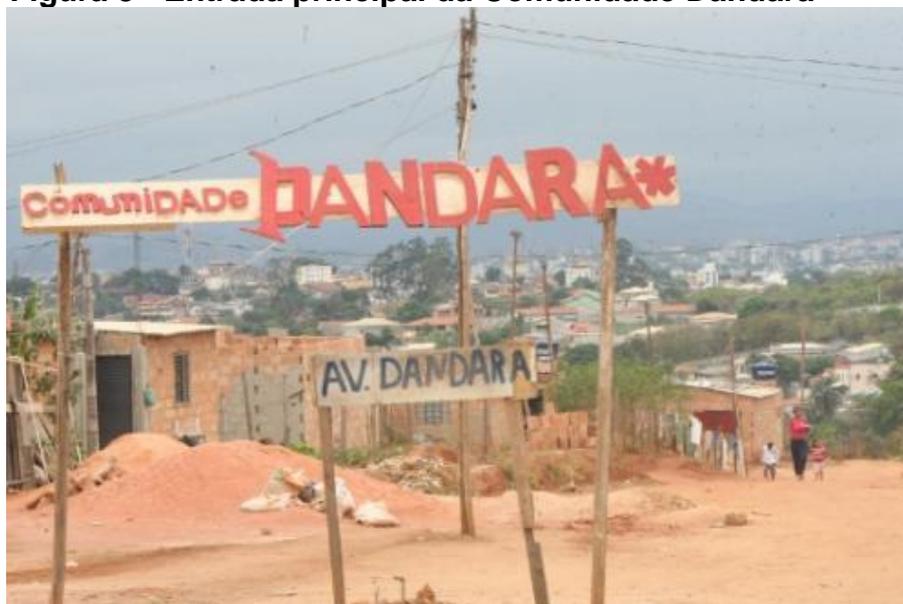
A ação reivindicava um terreno de 40 mil metros quadrados no bairro Céu Azul, na periferia de Belo Horizonte. A ideia inicial foi dar uma moradia às famílias, das quais 80% possuíam renda mensal abaixo de três salários mínimos. A ocupação foi realizada na madrugada do dia 9 de abril de 2009, com 150 famílias. Segundo informações dos líderes da associação comunitária, o terreno estava abandonado desde a década de 1970, além de acumular dívidas de impostos que na época do início da ocupação, somavam cerca de 18 milhões de reais.<sup>8</sup> Parte do terreno pode ser observado através da figura 3, nos primeiros anos da ocupação da

---

<sup>8</sup> Todas as informações referentes ao contexto histórico da ocupação da Comunidade Dandara foram retiradas do blog: (HISTÓRICO..., 2012)

comunidade.

**Figura 3 - Entrada principal da Comunidade Dandara**



Fonte: (HISTÓRICO..., 2012)

A problemática com a Comunidade Dandara se dá por ela está inserida em uma área nobre passível de expansão urbana na grande metrópole. De acordo com Brito (2005, p. 52) na RMBH a migração intrametropolitana foi essencial para o processo de expansão urbana. Belo Horizonte foi planejada com intuito de manter mensurada a distribuição espacial e social da população, no entanto, com o aumento elevado da migração, a expansão urbana excedeu seus limites, causando a expulsão da população, que acabaram invadindo os aglomerados metropolitanos, causando a segregação social dos mais pobres.

Todo esse progresso esbarra na problemática da distribuição desigual da população. As vantagens trazidas por ele nem sempre alcançam a porção da população que realmente necessita de investimentos. Na maioria das vezes, os proprietários das terras e os agentes imobiliários agem em conjunto com o poder público local, fazendo com os preços atinjam valores superiores ao real valor do imóvel, quando esse for de posse dos poderes envolvidos. (BRITO, 2005, p.53).

No processo de expansão do município de Belo Horizonte, década de 1980, a regional Pampulha, considerada uma das áreas mais elitizadas da capital, assistiu a um aumento dessas áreas de moradia da população de menor renda, que são consideradas indesejadas, ao mesmo tempo em que o Estado investe na

revitalização desse vetor, esse processo perdura pelas décadas seguintes.

As grandes metrópoles assumem pelo menos duas formas de uso residencial: urbanização de *status* e urbanização popular. O tipo de urbanização varia de acordo com a área ocupada. As de *status* são aquelas bem localizadas e valorizadas devido a condições físicas atraentes e onde os diversos agentes fundiários, imobiliário e os proprietários dos meios de produção, pressionam o Estado para que invista em infraestrutura. Este e outros diversos fatores fazem o preço da terra subir e só tem acesso a população de alta renda. Nas áreas mal localizadas há predomínio de autoconstrução ou conjuntos habitacionais feitos pelo Estado. Dessa forma observa-se que nesta expansão urbana existe um processo de auto segregação e um processo de segregação social.(CORRÊA, 2005)

A Comunidade Dandara é uma oposição a esse processo de ocupação de status, pois, ela é considerada uma ocupação periférica, indesejada e negada pela grande metrópole que é Belo Horizonte. Além disso, como já citado, ela está localizada em uma área considerada nobre, ocupando um espaço de grande valor de uso residencial e comercial. A população de seu entorno, os bairros Enseada das Garças e Trevo, são predominantemente de alta renda. Segundo esses moradores, a sensação de insegurança aumentou após a ocupação ser instalada.

A partir dessa problemática estabelecida, nesta pesquisa buscou-se entrevistar famílias que residiam na Comunidade Dandara e utilizassem os serviços prestados pela Escola Estadual Itália Cautiero Franco. Foram feitas dez entrevistas, com as famílias desses alunos e alunas no intuito de identificar o motivo pelas quais elas “escolheram” a Escola Estadual Itália Cautiero Franco, uma vez que a poucos metros da comunidade está localizada a Escola Estadual Deputado Manoel da Costa. Como é possível observar na figura 4.

**Figura 4 - Comunidade Dandara e o fundo da Escola Estadual Deputado Estadual Manoel da Costa**



Fonte: (MORAIS, 2016).

Por meio dessas entrevistas verificou-se que os moradores da Comunidade Dandara tentaram por inúmeras vezes matricular seus filhos na escola mais próxima, localizada no município de Belo Horizonte, mesmo município da Comunidade Dandara, recorreram à Secretaria de Educação da Regional Pampulha e ao Conselho Tutelar. A alegação era de que não havia vagas disponíveis e que eles residiam fora da jurisdição da Escola Estadual Deputado Manoel da Costa. Isso os obrigou a buscar outras escolas, incluindo a Escola Estadual Itália Cautiero Franco, localizada no município de Ribeirão das Neves. Segundo a secretária da Associação Comunitária do Dandara, a justificativa utilizada pela Escola Estadual Deputado Manoel da Costa, de que não haviam vagas para receber alunos de nenhum bairro, essa justificativa foi desmascarada a própria secretária da Comunidade Dandara que afirma ter visualizado através dos dados da Regional Pampulha que essas vagas existiam.

A partir dessas considerações identificou-se que a Escola Estadual Itália Cautiero Franco sempre recebeu todos os alunos que buscaram por vagas, mesmo esses não residindo na jurisdição atendida pela outra escola.

Tivemos que procurar o Itália, houve essa questão porque é Neves e o local habitacional nosso aqui é de Belo Horizonte. Algumas vezes, a gente ganhou [sic] umas rejeição [...] virou uma bagunça porque Dandara tá numa

divisão de três municípios. (SECRETÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE DANDARA. 2016)

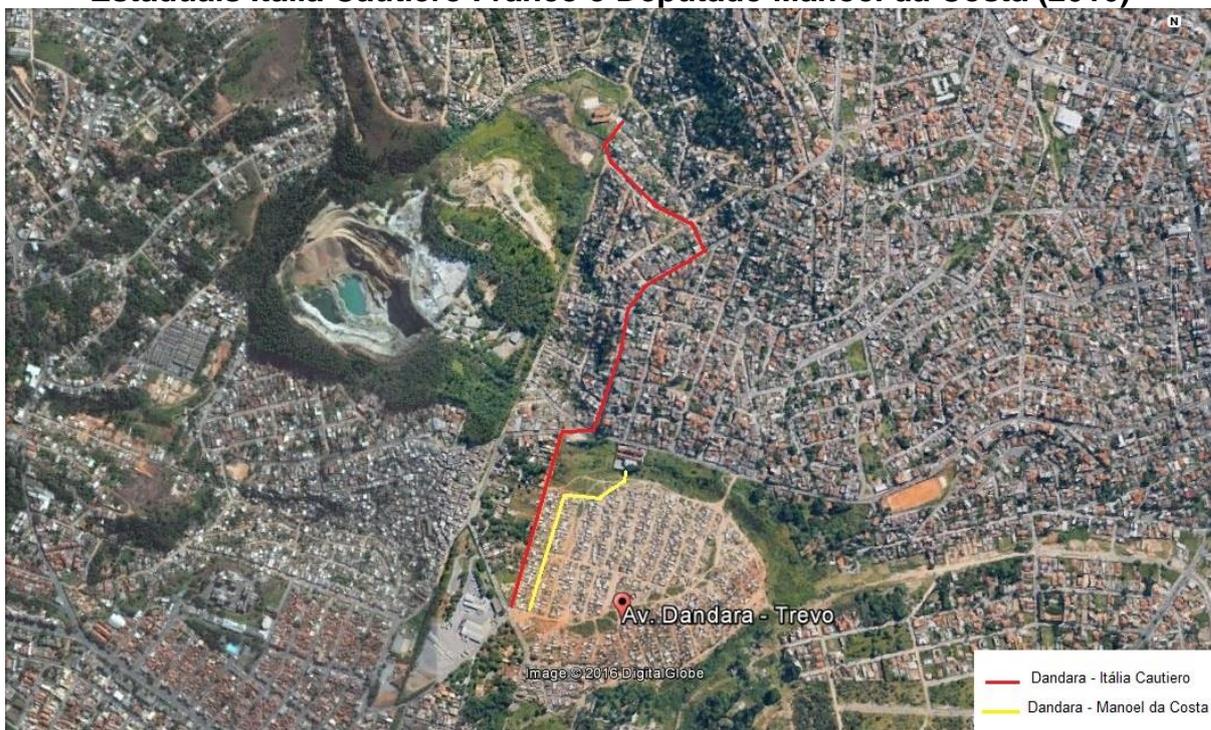
Segundo o Capítulo II, dos direitos sociais, o artigo 6º da Constituição Federal diz que: "É de dever e não uma alternativa dos governos Federal, Estadual e Municipal, proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação"(BRASIL, 1988).

Entendendo por acesso aquilo que não se tem obstáculos, e quando a Secretaria de Educação diz que os alunos e alunas, que procuram por educação de qualidade em escolas públicas, essas tem que estar distante de suas residências no máximo a 1,5km, isso de fato não se aplica a Comunidade Dandara. Os moradores são "empurrados" de uma escola à outra dentro do município de Belo Horizonte, até se verem obrigados a procurar escolas em outros municípios da RMBH.

Outro fator que agrava a realidade dos alunos e alunas moradores da Comunidade Dandara é o trajeto e o deslocamento até a Escola Estadual Itália Cautiero Franco, aproximadamente 2 km. As maiores reclamações desses alunos são a poeira, uma vez que as ruas da comunidade não são asfaltadas, e a chuva. Em dias chuvosos esses alunos ficam impossibilitados de irem para escola, pois as ruas ficam lamacentas e não há nenhum tipo de transporte público que entre na comunidade e parta em direção a escola. "Quando chove não vai na escola, quando vai o barro regassa [sic], chega molhado. Se chover forte aqui os meninos tem que ficar uns três dias sem ir pra aula". (mãe de aluno da Escola Estadual Itália Cautiero Franco e moradora da Comunidade Dandara , 2016).

A dificuldade quanto a distância desse deslocamento dos alunos e alunas da Comunidade Dandara até a Escola Estadual Itália Cautiero Franco pode ser observada através da Figura 5, onde mostra que o trajeto até essa escola é muito maior que o trajeto até a Escola Estadual Deputado Manoel da Costa, como já citado, localizada a poucos metros de distância da comunidade.

**Figura 5 - Trajeto feito pelos alunos da Comunidade Dandara até as Escolas Estaduais Itália Cautiero Franco e Deputado Manoel da Costa (2016)**



Fonte: Google Earth, 2016.

Se analisarmos o contexto onde a Comunidade Dandara está inserida, dentro da metrópole, a disponibilidade de acesso aos centros de ensino, teoricamente, deveria ser mais fácil esse acesso das crianças e adolescentes às instituições de ensino mais próximas. Mas mesmo estando localizada dentro da metrópole a Comunidade Dandara não tem acesso às Escolas do Estado, direito negado às suas crianças e adolescentes, assim como não também foi negado o direito a cidade. É nesse contexto político que os alunos e alunas pertencentes a Comunidade Dandara chegam a Escola Itália Cautiero Franco. Porém, as condições de acesso e permanência na escola são diferentes devido a distância percorrida.

O que se pode mencionar, a partir das análises, é que a segregação sócio espacial decorre da divisão do espaço urbano entre integrados (incluídos) e não-integrados (excluídos), sendo percebida com maior clareza nas grandes cidades por que essas, além de concentrarem o maior número de indivíduos, explicitam mais acentuadamente a forma desigual com que o espaço é apropriado pelas classes sociais. Nesse sentido, a segregação sócio-espacial existente nas cidades é indicativa de que os locais, dentro da arquitetura urbana, são previamente estabelecidos e desigualmente apropriados. (LIBERATO, 2007, p. 16)

Enquanto possuidor de várias faces, o território de Belo Horizonte se configura capaz de abrigar pelo menos, duas cidades: a oficial, na qual circulam os cidadãos, e a não oficial, restrita a grupos e/ou segmentos sociais dela e por ela excluídos. A Comunidade Dandara enquadra-se na segunda opção, não só pela forma de ocupação, mas também pela exclusão presente em diversos aspectos no que diz respeito a garantia de serviços básicos.

Para Liberato (2007, p. 17) essa configuração do território de Belo Horizonte por duas faces é o resultado de sua formação, constituição e desenvolvimento histórico sócio-espacial que, por sua vez, se encontra em processo de constante alteração decorrente de sua própria dinâmica interna e, também, das influências externas, propiciadas pelas continuidades, descontinuidades e rupturas presentes nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Como identificado na Comunidade Dandara, a partir da falta de apropriação de recursos como a educação, negados pela cidade de Belo Horizonte, que deveria integrá-la à suas responsabilidades, temos como produto o processo de segregação. A metrópole de Belo Horizonte não só segrega a Comunidade Dandara deixando-a a margem, como também a expulsa de seu território a partir do momento em que não garante o acesso a educação, e outros bens sociais, fazendo com que os habitantes dessa comunidade busquem por escolas no município de Ribeirão das Neves.

A demanda pelo acesso à educação no município de Ribeirão das Neves promove um fluxo de pessoas oriundo de processos contraditórios e conflituosos da metrópole contemporânea. Se a tendência sustentada pelos teóricos e por outras análises empíricas é de que as grandes centralidades políticas e econômicas atraem população, serviços, empregos para o centro metropolitano, criando fluxos de pessoas e serviços no sentido periferia-centro; temos nesse caso que aqui se apresenta e se analisa, algo novo, algo que se difere.

A análise desse estudo de caso nos revela outro sentido, um fluxo de demanda e por isso de pessoas que ilumina a pesquisa e enriquece o trabalho. Trata-se de um movimento de centro (metrópole)-periferia. Essa realidade provoca uma nova rede, uma nova possibilidade de compreender as relações metropolitanas.

Ao perceber que Ribeirão das Neves atende uma demanda da Metrópole Belo Horizonte, constata-se que há uma reformulação dessa rede, onde o fluxo é inverso, pois a metrópole expulsa a população da comunidade de Dandara através da negação de serviços a ela. Ribeirão das Neves entra para suprir essa defasagem de

serviços a comunidade. Normalmente, tem-se como hipótese que a metrópole que recebe a população de municípios limítrofes, pois há maior disponibilidade de bens e serviços, mas como pode-se observar, nesse caso a situação é inversa.

Se, por um lado, esses fatores influenciam decisivamente tanto a configuração quanto à re-configuração da estrutura sócio-espacial prevalecente na cidade, por outro, indica o escassamento, cada vez mais visível, das possibilidades de acesso à cidade. Denotam, ainda, que a luta travada pelo espaço, em especial o urbano, é uma realidade inquestionável e de difícil solução. Não é só por um pedaço de terra que se luta, a disputa envolve muito mais que uma porção de terra na medida em que junto com o acesso à terra se apresenta outros bens a serem apropriados, como, por exemplo, o direito de pertencer e participar ativa e efetivamente da cidade oficial – onde circulam os cidadãos. Para tanto é necessário se apropriar das duas faces da cidade: a real e a simbólica. Rocha e Oliveira (1997) explica que:

Essa estruturação é algo que se faz cotidianamente, não é algo pronto e acabado, mas processo de constante recriação. Através da representação do dia-a-dia, das representações dos lugares, das ritualizações dos encontros é que a cidade é vivida. A cidade é ao mesmo tempo causa e resultado da sociabilidade cotidiana. (ROCHA e OLIVEIRA 1997, p. 47)

Nessa perspectiva a compreensão da cidade e do urbano só adquire sentido se tivermos em mente que a cidade é um fenômeno que se recria a cada momento, não desconsiderando que é um lugar de tensões diversas (culturais, políticas, econômicas, sociais, etc.) que, por suas dinâmicas próprias, acabam por impor transformações de tal forma vertiginosas, velozes e brutais que mal há tempo para acompanhá-las. Deve ser ainda salientado que tanto os deslocamentos (de pessoas, de funções, de mercadorias etc.), quanto os enfrentamentos existentes na cidade, por mais diminutos que possam parecer à primeira vista, acabam por produzir alterações significativas que, devido à velocidade na qual ocorrem, podem ser imperceptíveis num primeiro momento já que a cidade abriga cronologias diversas. (LIBERATO, 2007, p. 86)

Considerando o tempo de existência da Comunidade Dandara, fundada em 2009, essas alterações são de elevada significância, como explicitado anteriormente, o acesso a educação na cidade de Belo Horizonte anteriormente não

ocorria, fazendo com que os moradores recorressem à Escola Estadual Itália Cautiero Franco. Entretanto, em visita à Comunidade Dandara no início do mês de maio de 2016, ao entrevistar algumas famílias e a secretária da Associação Comunitária constatou-se que a Escola Estadual Deputado Manoel da Costa, recentemente têm recebido os alunos moradores da Comunidade Dandara, efetivando a matrícula com o comprovante de endereço fornecido pelo posto de saúde que faz o atendimento à comunidade, o que não ocorria anteriormente, levando algumas famílias a buscarem comprovantes de endereço de bairros vizinhos para reivindicar as vagas já disponíveis na escola mais próxima.

Apesar de estar localizada no território de Belo Horizonte, a Comunidade Dandara tem seus direitos negados por ser considerado um bairro originado de uma ocupação que desde sempre denota seu poder de resistência, o que não assegurou a garantia de acesso a serviços básicos, no caso específico desse estudo, a educação.

A partir desse quadro, a população da Comunidade Dandara se viu obrigada a buscar o acesso a educação no município de Ribeirão das Neves, sendo acolhidos pela Escola Estadual Itália Cautiero Franco. Esse contexto começou a se alterar recentemente, especificamente no início de 2016, quando a Comunidade passou a ser reconhecida como bairro, após o projeto de implantação da rede de água e esgoto da COPASA, que possibilitou a existência de comprovantes de endereço da própria Comunidade, fazendo que a Escola Estadual Deputado Manoel da Costa receba os alunos e alunas moradores da Comunidade Dandara.

Mesmo sendo reconhecida, recentemente, como bairro da capital Belo Horizonte, a Comunidade Dandara continua enfrentando inúmeras dificuldades no que diz respeito ao acesso a bens sociais e serviços que lhes são de direito.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins; SANTOS, Ana Lúcia Felix. Influências do poder central no planejamento da educação dos municípios da Região Metropolitana do Recife. **Educação e Sociedade**, v. 33, n. 119, p. 551-573, 2012.

BELO HORIZONTE. Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL). **A estrutura urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1986. v.1.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. **Região Metropolitana**. Belo Horizonte:

PBH, Disponível em: <<http://www.portalpbh.pbh.gov.br>> Acesso em: 29 de mar. 2016

BRANDENBURG, Laude Erandi. **A vulnerabilidade social em escola pública: possibilidades de abordagem no ensino religioso.** [S. l.]: ABHR, 2014. Disponível em: <<http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/anais/article/viewFile/506/334>> Acesso em 31 mar. 2016

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado, 1988. Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça (...). **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRITO, F. R. A. A migração intrametropolitana e a mobilidade pendular dentro do contexto da expansão urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com ênfase na experiência de Nova Lima. In: COSTA, Heloísa Soares de Moura et al. (Org.). **Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul.** Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. **O conceito de inclusão, dimensões e indicadores.** Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, jun. 2004

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1997.

CLARK, David. **Introdução à geografia urbana.** São Paulo: DIFEL, 1985.

COELHO, Anderson Batista. **Vulnerabilidade sócio-juvenil em Ribeirão das Neves, MG-2000.** 2010. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 4. ed. São Paulo: Ática, 2005. .

FEITOSA, Flávia da Fonseca. **Índices espaciais para mensurar a segregação residencial: o caso de São José dos Campos (SP).** 2005. 169f. Dissertação (Mestrado)- Pós-Graduação em Sensoriamento Remoto, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2005. Disponível em: <[http://www.dpi.inpe.br/gilberto/teses/dissertacao\\_flavia.pdf](http://www.dpi.inpe.br/gilberto/teses/dissertacao_flavia.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2016.

FERREIRA, Fabricio; SOUZA, Cintia; DULTRA, Leandra. **Conflitos no processo de ocupação nos grandes centros urbanos: um estudo de caso sobre a ocupação Dandara em Belo Horizonte.** Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2014.

FRANÇA, M. A. G. et al. Resignificando o conceito de risco nas pesquisas e práticas voltadas à infância contemporânea. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 7, p. 22-44. 2002

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Aspectos conceituais da vulnerabilidade social**. Brasília: MTE, 2007..

HISTÓRICO Dandara. [S. l.]: Ocupação Dandara, 9 abr. 2009. Disponível em: <<http://ocupacaodandara.blogspot.com.br/2009/04/um-mar-de-barracos-de-lona-oque.html>> Acesso em: 30 de abr. 2016

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. IBGE. **Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP Censo Educacional 2012**. Acesso em: 29 de mar. 2016  
<<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/>

JANCZURA, Rosane. **Risco ou vulnerabilidade social**. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, ago./dez. 2012.

KEIL, Ivete Manetzeder. Direitos humanos e desenvolvimento local. In: VIOLA, Solon Eduardo Annes; ALBUQUERQUE, Marina Z. **Fundamentos para educação em direitos humanos**. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2011.

LIBERATO, Rita de Cássia. **Cidade e exclusão**: o lugar de moradia dos excluídos: o caso de Belo Horizonte. 2007. 262 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial, Belo Horizonte, 2007.

LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. **Cidade ocupada**. 2014. 234f. Dissertação (Mestrado)- Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, maio/ago. 2003.

OLIVEIRA, F. **A questão do Estado**: vulnerabilidade social e carência de direitos; Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, 1. Brasília: CNAS, out. 1995.

OLIVEIRA, Jimmy Lima de. Desigualdade urbana, segregação socio espacial e a presença de crianças de rua nas grandes cidades. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 5, jun. 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim\\_regional/111125\\_boletimregional5\\_cap4.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/111125_boletimregional5_cap4.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2016.

RIBEIRÃO DAS NEVES. Câmara municipal. **História de Ribeirão das Neves**. Disponível em: <[http://www.cmrn.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=179&Itemid=112](http://www.cmrn.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=179&Itemid=112)> Acesso em: 29 de mar. 2016.

ROCHA, Gilmar; OLIVEIRA, Silvana Seabra. Cidade à deriva. **Cadernos de**

**Ciências Sociais**, Belo Horizonte, n 8. v. 5. p. 35-65.

RODRÍGUEZ, J. **Segregación residencial socioeconómica: que és?, cómo de mide?, que está pasando?, importa?** Santiago de Chile: Centro Latinoamericano y Caribeno de Demografía (CELADE), 2001

SALGUEIRO, Teresa Barata (1998). Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Território**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, jan./jun. 1998. Disponível em: <[www.revistaterritorio.com.br/pdf/04\\_4\\_salgueiro.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/04_4_salgueiro.pdf)>. Acesso em: 18 maio 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SOARES, Carolina Zuccarelli. (2009) **Segregação urbana, geografia de oportunidades e desigualdades educacionais no Rio de Janeiro**. 2009. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2009. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook\\_file/segregacao\\_urbana\\_geografia\\_de\\_oportunidades\\_desigualdades\\_educacionais\\_rj.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.net/images/abook_file/segregacao_urbana_geografia_de_oportunidades_desigualdades_educacionais_rj.pdf)> Acesso em: 23 mar. 2016

SOGAME, Maurício (2001) Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação socio espacial. **Geografares**, Vitória, n. 2, jun. 2001. Disponível em: <[www.periodicos.ufes.br/geografares/article/](http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/)>Acesso em: 22 mar. 2016.

SOUZA, J. **A Expansão Urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: o caso específico do município de Ribeirão das Neves**. 2008. 194f. Tese (Doutorado)- Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <[http://www.cedeplar.ufmg.br/demografia/teses/2008/Joseane\\_de\\_Souza.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/demografia/teses/2008/Joseane_de_Souza.pdf)>. Acesso em: 31 mar. 2016.

ZANDONADI, Júlio César. **Novas centralidades e novos habitats: caminhos para a fragmentação urbana em Marília (SP)**. 2008. 251f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 251p. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96729>>. Acesso em 15 maio 2016.